

CENÁRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Guilherme Vasconcelos Pereira

Mestre em Sociedade, Tecnologias e Políticas Públicas pelo Centro Universitário Tiradentes - UNIT-AL, Pós-graduado em Educação Física Escolar pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), graduado em Educação Física pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL), membro do grupo de pesquisa Práticas de Aprendizagem Integradora e Inovadora – PAII.
guilhermevasconcelos79@hotmail.com

Maria Dolores Fortes Alves

Professora da Universidade Federal de Alagoas com atuação na graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado em Educação); Doutora em Educação: Currículo (PUC-SP, 2013) com sanduiche pela Universidade de Barcelona (2012); Mestre em Educação (PUCSP, 2008); Mestre em Psicopedagogia e Pedagogia - UNISA; Especialista em Educação em Valores Humanos-Fundação Petrópolis; Especialista em Distúrbios de Aprendizagem pela Universidade de Buenos Aires- UBA.
mdfortes@gmail.com

Resumo

Ao versar sobre a temática de políticas públicas sob a perspectiva da pessoa com deficiência constata-se que o tema ainda é muito carente de estudos. Este artigo tem por objetivo identificar as pesquisas existentes no cenário nacional e analisar o foco dessas pesquisas no que diz respeito às políticas públicas para pessoa com deficiência. A metodologia utilizada pauta-se na revisão sistemática; os dados foram coletados na base de dados da plataforma Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), os artigos selecionados foram publicados entre os anos de 2008 e 2016. Entende-se a necessidade de ampliar e aprofundar pesquisas relacionadas à política pública para pessoa com deficiência à medida que qualifica melhor o debate acerca de um grupo discriminado pela sociedade, que na conjuntura atual vem sendo cada vez mais suscetível à discriminação e desrespeitado em seus direitos. A sistematização das informações aqui empreendidas além de dar a ver o cenário de estudos voltados à política pública pode permitir novas abordagens epistemológicas e estratégias políticas de ação na melhoria do processo em torno dos ciclos de políticas públicas.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Políticas públicas. Ciclo da política. Revisão sistemática.

Abstract

When dealing with the theme of public policies from the perspective of people with disabilities, it appears that the theme is still very lacking in studies. This article aims to identify existing research on the national scene and analyze the focus of such research with regard to public policies for people with disabilities. The methodology used is based on a systematic review; the data were collected in the database of the Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences platform (LILACS), the selected articles were published between the years 2008 and 2016. It is understood the need to expand and deepen research related to public policy for people with disabilities as it better qualifies the debate about a group discriminated against by society, which in the current situation has been increasingly susceptible to discrimination and disrespected in their rights. The systematization of the information undertaken here, in addition to showing the scenario of studies focused on public policy, may allow for new epistemological approaches and political strategies for action to improve the process around public policy cycles..

Keywords: *Disabled. Public policy. Policy cycle. Systematic review.*

Introdução

No Brasil existem inúmeras políticas públicas voltadas para educação, saúde, trabalho e segurança, porém, parte delas não consegue atingir os objetivos propostos, por consequência de falhas em algum componente dos ciclos da política. Estudos em várias áreas do conhecimento, como as ciências humanas, a ciência da saúde e as ciências sociais aplicadas, fazem referência à necessidade de mais políticas públicas para solucionar os problemas sociais que são cada vez mais frequentes na sociedade (FREY, 2009).

A política pública segue várias etapas, chamadas de ciclos, em cujo desenvolvimento envolvem-se diversos atores da política que devem trabalhar em consonância entre si para que haja fluidez, evitando o dispêndio de tempo. Manter essa engrenagem entre tais atores não é tarefa fácil. É necessário entender o que é uma política pública e como se dá todos os ciclos para que a sociedade possa usufruir dos

benefícios oriundos desta política que na maioria das vezes surge a partir de problemas sociais. Assim a política pode denotar várias coisas:

Um campo de atividade governamental (política de saúde, educacional, comercial), um propósito geral a ser realizado (política de emprego estável para os jovens), uma situação social desejada (política de restauração de centros históricos, contra o tabagismo, de segurança), uma proposta de ação específica (política de reflorestamento dos parques nacionais, de alfabetização de adultos), uma norma ou normas que existem para determinada problemática (política ecológica, energética, urbana), um conjunto de objetivos e programas de ação que o governo tem em um campo de questões (política de produtividade agrícola, de exportação, de luta contra a pobreza). Ou a política como produto e resultado de específica atividade governamental, o comportamento governamental de fato (a política habitacional conseguiu construir *n* número de casas, a política de emprego criou *n* postos de trabalho), o impacto real da atividade governamental (diminuição do crime urbano, aumento da conclusão do ciclo básico de estudos, diminuição dos preços ao consumidor, redução da inflação), o modelo teórico ou a tecnologia aplicável em que se sustenta uma política governamental - política da energia, política de renda regressiva, política de ajuste e estabilização (VILLANUEVA; SUBIRATS; HOGWOOD; GUNN *apud* SARAIVA, 2006).

Cada política pública percorre estágios com ênfases e atores diferentes, definindo e delimitando espaços, com diversos desafios no processo que perpassa cada política, assim uma política pública depende de dois fatores: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público, tratamento e solução desse problema entendido como coletivamente relevante. “Assim o problema público é a diferença entre a situação atual e a situação ideal possível para a realidade pública” (SECCHI, 2013, p. 10).

Portanto, um problema público poderá tornar-se parte da agenda de política por ocasião de alguns eventos de grande magnitude: crises, desastres ou símbolos que concentram a atenção num determinado assunto, bem como por indicadores (TEIXEIRA, 2010).

Alguns autores conceituam políticas públicas; no entanto, cada um tem suas próprias definições, o que leva a se compreender que não há conceito único, podendo ainda envolver vários atores e níveis de decisões, permitindo separar entre o que o governo pretende fazer e o que realmente faz, várias áreas do conhecimento precisam

interagir em todos os seus processos para que possam se efetivar, em vista disso depreende-se que:

Do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual, pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão e ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos. Pode-se, então, resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real (SOUZA, 2006, p. 25).

A política pública aponta várias estratégias para diversos fins com a contribuição de várias áreas do conhecimento, que contribuem em todo o processo desde a agenda até a avaliação por meio de recursos necessários para atingir objetivos propostos definidos em forma de normas e de valores.

As etapas e estágios de uma política pública são chamados de ciclos tais como são definidos a seguir.

Agenda – é a determinação do estudo e explicitação do conjunto de processos que levam os fatos sociais a obter *status* de “problema público”; assim a inclusão do problema na agenda justifica-se por intervenção pública;

Elaboração – identifica e delimita o problema atual ou potencial de uma coletividade, determinando possíveis soluções, avaliações de custos e estabelecimento de prioridades, nessa etapa os interesses dos atores individuais tornam-se evidentes;

Formulação – seleciona e especifica a alternativa mais conveniente e decisão adotada, com definição de objetivos e marco jurídico, administrativo e financeiro;

Implementação - tem em si planejamento e organização administrativa e recursos humanos, prepara-se para a prática da política pública, elaborar planos, programas e projetos para execução;

Execução - caracteriza-se por colocar em prática efetivamente a política e sua realização, compreende ainda a definição de obstáculos, que poderão ser encontrados, com a modificação de enunciados em resultados e análise da burocracia;

Acompanhamento - entende-se como a supervisão da execução das atividades de forma sistematizada, fornecendo informações necessárias para possíveis correções;

Avaliação - consiste em analisar e mensurar os efeitos produzidos pela sociedade diante das políticas públicas, principalmente com relação a eficácia de suas consequências previstas ou não (SARAVIA, 2006).

Todas essas etapas são influenciadas por atores da política individuais e coletivos, porém nem sempre essas etapas ocorrem de forma sequencial, mas estão presentes, os envolvidos nas etapas necessitam ter domínio sobre o tema e como se dá cada ciclo da política pública, para não colocar em risco todo o processo que envolve essa política.

Entre os influenciadores dos ciclos da política pública têm-se os atores individuais que são políticos, os designados politicamente, os burocratas (alto e médio escalão e os de linha de frente) e juízes e os coletivos que são os grupos de interesses, partidos políticos, meios de comunicação, destinatários das políticas públicas, organizações do terceiro setor, fornecedores, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores e especialistas dentre outros (SECCHI, 2013).

Após compreender o que é uma política pública, suas etapas e os influenciadores que estão envolvidos diretamente, faz-se necessário ter em mente que existem camadas da sociedade que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social, especialmente as pessoas com deficiência, pois carecem dos benefícios que por ventura advenha de uma política pública, nesse sentido o olhar dos representantes governamentais deveria se voltar para essa camada mais necessitada, reprimir os interesses individuais e trabalhar mais para a coletividade.

Ao pensar em política pública especificamente para uma população com algum tipo de deficiência, evidenciando as normas de construção de espaços acessíveis que

facilitem a livre circulação, inclusão escolar, de combate à violência a essas pessoas, o poder público deve agir com competência nessa implementação, levando em consideração a importância dessa política no cotidiano dessas pessoas e da inclusão delas no cenário social. Nesse sentido entende-se que:

[..] Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (BRASIL, 2015, p. 19).

As pessoas com deficiência ainda se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, mesmo havendo um número significativo de legislações que concedem direitos a essas pessoas e de algumas políticas públicas que, na prática, funcionam precariamente, existe a necessidade de políticas específicas para cada demanda desse segmento.

A invisibilidade que envolve essas pessoas possivelmente dificulta a identificação de problemas que fazem parte de sua rotina, assim como a escassez de pesquisa nessa temática provavelmente provoca entraves na implementação de políticas públicas para as reais necessidades das pessoas com deficiência; nesse sentido, este artigo tem como objetivo identificar e analisar estudos publicados abordando a temática política pública referenciando pessoas com deficiência.

Percurso metodológico

Este estudo foi realizado por meio de revisão sistemática que compreende uma forma de pesquisa que utiliza diversas fontes de dados da literatura sobre determinado tema e assim encontra evidências relacionadas a estratégias de intervenção, mediante utilização de métodos que buscam uma análise crítica das informações (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

A revisão sistemática pode ser elaborada em qualquer área do conhecimento, tendo em vista que esse modo de pesquisa minimiza o risco de estudos enviesados assim:

Entende-se ainda que revisão sistemática seja um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultado de uma maneira organizada e deve-se constituir por um trabalho reflexivo, crítico e compreensível a respeito do material analisado (FERNÁNDEZ; RÍOS; BUELA CASAL *apud* KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014, p. 56).

Essa sistematização divide-se pedagogicamente em etapas as quais são: delimitação da questão a ser pesquisada; escolha da fonte dos dados; eleição das palavras chaves para que aja uma busca, onde são chamados de descritores; busca e armazenamento de resultados; seleção de artigos completos em pdf, utilizando o critério de inclusão e exclusão; extração dos dados das produções científicas selecionados; avaliação dessas produções a partir do objetivo do trabalho e interpretação dos dados.

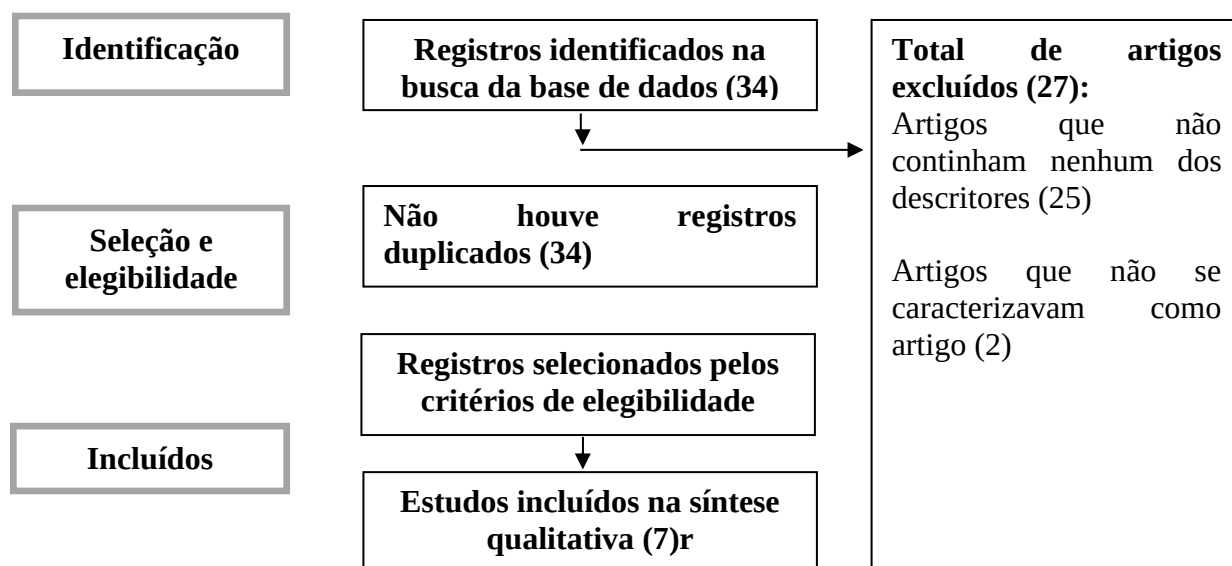
Vale ressaltar que a apesar do autor dividir o processo da revisão sistemática em etapas, elas relacionam-se entre si, sem que para isso elas tenham que ocorrer de maneira sequencial (KOLLER; COUTO; HOHENDORFF, 2014).

O estudo foi realizado na base de dados da Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), a qual possui um número significativo de produções, tanto a nível nacional quanto internacional. Os descritores que foram extraídos dessa base são “deficientes” e “políticas públicas”, utilizando como estratégia de busca no campo/link denominado todos os índices.

Ao término da realização da busca, surgiram trinta e três artigos completos em formato pdf e um em formato doc., dos quais vinte e sete não se enquadravam dentro dos critérios elaborados. Em seguida, os artigos encontrados passaram por uma seleção obedecendo aos critérios de inclusão: a) está relacionado com deficientes e políticas públicas; b) período de publicação entre 2008 e 2016; c) conter os descritores já mencionados. Para critérios de exclusão foram utilizados: a) não conter nenhum dos descritores; b) não se caracterizar como artigo.

Após a conclusão de avaliação dentro dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionadas sete publicações, contendo os critérios acima qualificados, segue a ilustração do processo de seleção dos artigos.

Figura 1 – Processo de seleção dos artigos



A busca dos artigos foi realizada no mês de junho de 2019. Após a leitura completa das publicações e como procedimento de análise foi elaborado uma tabela para sintetizar as informações contidas nas publicações selecionadas. A tabela é composta por: nome do autor, ano de publicação, título do artigo, objetivo do estudo, periódico (revistas) e principais resultados.

Análise dos dados e resultados

O período das publicações encontradas é bem recente, pois compreende um espaço curto de nove anos. Inicialmente identificaram-se poucas produções científicas relacionadas à temática abordada.

No ano de 2008, foi publicado um estudo; em 2009, foi encontrada uma publicação e, em 2010, não foi encontrado nenhum artigo. No ano de 2011, foi encontrada uma publicação e, em 2012, não foi encontrada publicação alguma. No ano de 2013, nenhum artigo foi encontrado; já no ano de 2014, foram encontradas duas publicações. Os anos de 2015 e 2016 apresentam um artigo publicado em cada ano.

Para corroborar o direcionamento da análise dos artigos selecionados de acordo com os critérios de inclusão e exclusão da pesquisa na base de dados (LILACS), foi elaborada uma tabela que segue abaixo com a síntese dos dados obtidos.

A partir da análise dos dados contidos nessa tabela, delimitou-se quatro categorias: políticas públicas e sexualidade da pessoa cega; política de integração,

emprego e garantia de direitos das pessoas com deficiência; reabilitação da pessoa surda e políticas públicas de inclusão social e escolar e a voz da pessoa com deficiência.

TABELA 1 - Quadro de síntese dos dados obtidos

AUTOR ANO	TÍTULO	OBJETIVO DO ESTUDO	PERIÓDICO	PRINCIPAIS RESULTADOS
FRANÇA, 2014	Direitos sexuais, políticas públicas e educação sexual no discurso de pessoas com cegueira.	Analisar como pessoas com cegueira congênita percebem seu direito à sexualidade.	Rev. Bioética (Impr.).	A pesquisa aponta que a maioria dos entrevistados não se sentem respeitados com relação aos direitos do exercício livre da sexualidade, paternidade e planejamento familiar garantidos na legislação, muitas vezes por causa de preconceitos, discriminação e até influência da família.
FRANÇA, PAGLIUCA, BAPTISTA, 2008	Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites	Investigar o impacto da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência no Brasil.	Acta Paul Enferm	A política nacional de integração da pessoa com deficiência obriga as empresas a contratarem pessoas com deficiência de acordo com o número de funcionários, porém na prática isso pouco acontece, muitas vezes por falta de qualificação, no entanto, algumas empresas preferem contratar pessoas com deficiência auditiva, física e visual, por apresentarem mais facilidade no entendimento sem comprometimento intelectual.
LASTA, HILLESHEIM, 2014	Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade	Apresentar reflexões acerca das políticas públicas de inclusão escolar, as quais regulamentam o atendimento dos sujeitos com necessidades	<i>Psico.</i> & <i>Socied</i>	As políticas públicas de inclusão escolar surgem, no Brasil, em um solo adverso, tendo como desafios enfrentar as desigualdades sociais e vencer a tradição política autoritária, desafios que surgem a partir da instauração e consolidação de um regime democrático.

		educativas especiais na rede regular de ensino em nosso país.		
TOMAZ, ROSA, VAN, MELO, 2016	Políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil: uma revisão integrativa	Apresenta revisão integrativa da literatura científica e da legislação federal sobre políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil.	Ciência & Saúde Coletiva	Quatro portarias federais tratam especificamente de incentivo financeiro e transferência de recursos para instituições envolvidas no cuidado a pessoas com deficiência intelectual. A transferência de recursos diretamente as PcD é garantida desde 1993 pela Lei nº 8.742/29, que sanciona o benefício da prestação continuada.
PENTEADO, BENTO, 2011	Reabilitação auditiva por meio da Telemedicina para a melhoria das políticas públicas no Brasil	Inscrição a Telemedicina como poderoso aliado na melhoria das políticas públicas da saúde auditiva no Brasil.	Einstein SP	O governo brasileiro promulgou, em outubro de 2004, um plano nacional de reabilitação auditiva, por intermédio da Portaria 587, doando AASI para a população através do Sistema Único de Saúde (SUS), cujos investimentos governamentais atingiram cerca de R\$ 146 milhões em 2007. Apesar da gratuidade para o paciente, há queixas de baixos índices de satisfação, quanto ao uso de AASI. Dentre as causas relacionadas à pacientes, foram relatadas dificuldades no deslocamento à clínica.
PAGLIUCA, et, al. 2015	Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência	Analisar a repercussão de políticas públicas inclusivas na óptica das pessoas com deficiência auditiva, visual e física.	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem	Dentre os sujeitos do estudo, a maioria era do gênero masculino, (47,5%). A faixa etária mais representativa de 18 a 29 anos (67,5% e 40%) e 30 a 49 (60%). O tempo de estudo de 2 a 16 anos, a maioria de solteiros, com renda familiar de 1 a 7,2 salários mínimos.

FRAGAL, SOUSA, 2009	Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social.	Refletir sobre como a sociedade brasileira vem se comportando em relação a essas pessoas, tomando por base as políticas públicas voltadas a esse segmento e como suporte para análise do princípio da inclusão social.	Revista eletrônica de Enfermagem	A deficiência já foi tratada como um problema da pessoa, como um fenômeno relacionado à doença e cuja responsabilidade sobre essa pessoa cabia a seus familiares ou a entidades especiais. Felizmente, circunstâncias políticas permitiram que a deficiência comesse a ser compreendida como uma questão social. Daí que atualmente passa-se a compreender a inclusão social da pessoa com deficiência como uma necessidade social que permeia o campo da ética e da cidadania.
---------------------------	--	--	----------------------------------	---

FONTE: Elaboração dos autores

Políticas públicas e sexualidade da pessoa cega

Admitir que em tempos atuais a sociedade considere a sexualidade da pessoa cega como uma coisa sobrenatural, é algo que causa estranhamento, incorrendo assim na falta de respeito, no preconceito e na discriminação, pois são pessoas apenas com limitações visuais, o que não interfere em suas tarefas diárias, vida social, atividades laborais, educativas e por que não dizer na vida afetiva.

França (2014) observou que as pessoas cegas em unanimidade se queixam do desrespeito a sua sexualidade e que as poucas políticas públicas existentes não atingem os resultados propostos, essas políticas devem ser revistas e melhoradas para que a pessoa cega exerça a cidadania plenamente.

Ainda no estudo, a autora aponta que apesar de existir documentos internacionais que garantem às pessoas cegas o direito ao exercício da sexualidade, ainda assim, não tem o devido respeito não só por parte da sociedade como também dos familiares.

Os participantes da pesquisa se mostraram conscientes dos direitos e necessidades de perpetuar a lutar com intuito de minimizar o preconceito e discriminação que está enraizado na sociedade quando se refere à sexualidade da pessoa cega.

Política de integração, emprego e garantia de direitos das pessoas com deficiência

Conforme afirma França; Baptista; Pagliuca, (2008), historicamente as pessoas com deficiência perpassaram três paradigmas no processo educacional: Primeiro surgiu a segregação que mantinham essas pessoas em asilos, manicômios pela incapacidade de o sistema educacional provê-los dos estudos a que tinham direito.

No segundo momento, ocorre a integração escolar na década de 1960, com os avanços científicos educacionais que contribuíram para ensinar pessoas com diversos tipos de deficiências, julgadas como ineducáveis, e a luta a efetivação dos direitos humanos, na década de 1970, com o surgimento da ideologia da normatização possibilitou às pessoas com deficiência a educação especial nos moldes da integração escolar.

E por fim tem-se o paradigma da inclusão que ocorreu no início da década de 1990, tendo a Constituição Federal e Lei de Diretrizes e Bases da Educação como impulsionadoras desse novo paradigma. A educação inclusiva ainda é desafiadora, poucas são as crianças e adolescentes incluídos, devido à inexistência de estruturas adequadas para recebê-los nas escolas regulares e poucas são as políticas públicas voltadas para formação continuada de professores (FRANÇA; BAPTISTA; PAGLIUCA, 2008).

No que concerne à empregabilidade da pessoa com deficiência, a Política Nacional de Integração da pessoa portadora de deficiência (termo ainda utilizado para se referir a pessoa com deficiência nos anos de 1993 quando essa política foi formulada), obriga as empresas a contratarem pessoas com deficiência de acordo com o número de funcionários efetivos.

Em um estudo França; Baptista; Pagliuca (2008) relata que as empresas descumprem essa determinação, colocando em seu quadro de funcionários as pessoas com deficiência menos comprometidas em relação à deficiência, alegando que elas não são qualificadas e, por essa razão, oferecem salários mais baixos e restrições a alguns direitos trabalhistas, tornando a vida dessas pessoas insustentáveis financeiramente.

Tomaz et al. (2016) aponta que em sua pesquisa foram encontradas várias legislações na área da saúde, que buscam atender as diretrizes da política nacional de saúde para pessoas com deficiência, bem como a escassez de estudos que abordem a

eficácia e a implementação dessa política. Observa ainda que, em relação às pessoas com deficiência intelectual, são pouco especificadas suas atribuições e normalmente são tratadas em conjunto com as demais deficiências; as poucas publicações na área estão relacionadas às condições sociais, saúde mental, promoção e prevenção da saúde dessas pessoas. Os autores sugerem que novas pesquisas devem ser realizadas na área da saúde da pessoa com deficiência intelectual e mencionam a necessidade de investigar as ações de equipes multiprofissionais, órgãos governamentais objetivando corroborar com a qualidade de vida dessas pessoas.

Reabilitação da pessoa surda

Penteado e Bento (2011) apontam que, apesar de o aparelho de amplificação sonora individual (AASI) ser gratuito pelo sistema único de saúde (SUS), existe insatisfação quanto ao seu uso. Esse fato está relacionado a algumas causas como a dificuldade que os usuários encontram para deslocarem-se até a clínica; a inabilidade de o fonoaudiólogo entender que há nesses AASI regulagens complexas, demandando assim capacitação contínua a esses profissionais, e a distância que se localizam as clínicas credenciadas. Outras causas relativas à insatisfação com o AASI são os programas de adaptação complexos, os quais devem ter treinamentos permanentes, mas que evidenciam problemas dizem respeito à falta de suporte on-line e de plano de treinamento; centros credenciados SUS insuficientes para atender a demanda; processos sem padronização; sistemas sem informatização, e inexistência de acompanhamento das ocorrências sobre o AASI. Os autores relatam ainda que, nessa perspectiva, a política de reabilitação auditiva deve passar por uma reavaliação no sentido de minimizar os problemas advindos da insatisfação dos usuários e da má execução dessa política.

Políticas públicas de inclusão social, escolar e voz da pessoa com deficiência

Conforme Pagliuca et al. (2015), o estudo está focado na percepção da pessoa com deficiência auditiva, motora e visual quanto à efetividade de políticas públicas inclusivas, bem como aos aspectos das que não foram implementadas integralmente. Os autores classificaram que, na pesquisa, Políticas Públicas são leis, decretos,

documentos de órgãos governamentais reguladores e fiscalizadores de ações públicas e privadas, que geraram recomendações que tratam de questões inerentes às pessoas com deficiência.

Os participantes (pessoas com deficiência auditiva, visual e motora) envolvidos nesse trabalho ponderaram que, dentre as políticas públicas mencionadas, o passe livre interestadual e a conferência nacional dos direitos das pessoas com deficiência tiveram mais relevância, porém o passe livre evidencia maior importância por seu benefício financeiro.

Outra política pública bem importante é o tratamento fora do domicílio (TFD), pois é um serviço disponibilizado pelo (SUS) quando não mais existem outras possibilidades de tratamento na localidade de origem da pessoa que busca ser atendida por este serviço (PAGLIUCA et al., 2015).

Para as pessoas com deficiência participantes da pesquisa, as políticas públicas necessitam de muitas melhorias para assim atendê-las plenamente; deve ocorrer ainda implementação, avaliação e reavaliação dessas políticas na perspectiva de garantir os direitos dessas pessoas.

De acordo com Fragal e Sousa (2009), as formas de tratamento disponíveis necessitam de avanços bastante significativos para assegurar atividades mais simples da vida cotidiana de pessoas com deficiência e obter mecanismos para combater a natureza de sua exclusão social.

Lasta e Hillesheim (2014) referem-se à inclusão escolar, em sua pesquisa, a partir de alguns documentos como a Constituição Federal de 1988, a Declaração de Salamanca de 1994, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – Lei 9.394 de 1996 e a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008. As autoras afirmam que as políticas públicas são caracterizadas por discursos cujas práticas manipulam as finalidades a que se referem.

As políticas inclusivas abordam o processo de inclusão escolar e prezam pela igualdade de oportunidades, direitos humanos e respeito às diferenças. Porém, ao mesmo tempo em que tentam garantir educação para todos, elas estigmatizam as pessoas ditas diferentes, apontando-os como normais e anormais. As autoras questionam a identificação de quem seriam esses anormais referidos nas políticas

públicas de inclusão escolar, bem como fazem análise das nomenclaturas citadas em cada documento mencionado anteriormente. Essas nomenclaturas foram referenciadas cronologicamente em tempos diferentes; porém, existia uma lógica para separar o anormal em detrimento do normal (LASTA; HILLESHEIM, 2014).

Destaca-se ainda que as políticas públicas analisadas não buscam o respeito à individualidade, mas sim reformular as pessoas com deficiência aos moldes do sistema capitalista excludente, entendendo que diversidade e diferença se conceituam da mesma forma. Contudo, esses conceitos são diferentes: a diversidade está ligada ao mundo do politicamente correto e, desse modo, a diferença não se reduz à diferença, assim como a diversidade se reduz à diversidade; as diferenças não são naturalmente nem melhores, nem piores, nem positivas, nem negativas, são, simplesmente, diferenças. Por isso a diferença é uma experiência de ser e estar no mundo, a qual não tem tradução possível.

Diferença é a qualidade que permite distinguir uma coisa da outra, usa-se para mencionar a variedade de coisas de uma mesma espécie; já a diversidade é um conjunto de diferenças e valores compartilhados pelos seres humanos na vida social, intimamente ligados aos conceitos de pluralidade, multiplicidade, diferentes modos de percepção e abordagem, heterogeneidade e variedade.

Considerações Finais

Os estudos encontrados na revisão sistemática empreendida para a escrita deste artigo estão relacionados a políticas públicas para pessoas com deficiência em diversos segmentos: saúde, educação, trabalho e transporte, envolvendo pessoas com algum tipo de deficiência: física, auditiva e visuais.

As políticas públicas contribuem de forma significativa no que concerne a assistência ofertada às minorias em situação de risco e vulnerabilidade concernente a direitos legitimados, porém efetivamente algumas dessas políticas requerem reavaliação, pois o que se tem no papel não funciona na prática.

No Brasil apesar de existir inúmeras políticas, parte delas não atendem as necessidades dos usuários, pois não foram pensadas de acordo com as demandas,

necessitando assim de políticas melhores e mais eficazes. É fundamental que os governantes tenham em mente boas práticas nos aspectos políticos, sociais e sua práxis sejam pautadas na lisura dos seus atos.

Por fim entende-se que política pública conjuga inúmeros e diferentes saberes, constituindo-se de práticas que cooperam com aporte teórico, em que a sistematização das informações aqui empreendida, além de dar a ver o cenário de estudos voltados à política pública, pode permitir novas abordagens epistemológicas e estratégias políticas de ação na melhoria do processo em torno dos ciclos de políticas públicas voltadas as pessoas com deficiência.

Referências

BRASIL. Lei Brasileira de Inclusão nº. 13.146/15. Brasília, DF, 2015.

FRANÇA, I. S. X. *et al.* Violência simbólica no acesso das pessoas com deficiência às unidades básicas de saúde. **Rev. Bras. Enferm.** Brasília, 2010 nov. - dez; 63(6): 964-70. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672010000600015>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FRANÇA, D. N. O. Direitos sexuais, políticas públicas e educação sexual no discurso de pessoas com cegueira. **Rev. bioética** (Impr.), pp. 126-133, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-80422014000100014. Acesso em: 23 jan. 2019.

FRANÇA, I. S. X.; BAPTISTA, R. S.; PAGLIUCA, L. M. F. Política de inclusão do portador de deficiência: possibilidades e limites: [revisão] **Acta paul. enferm.** pp.112-116, 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3070/307023823018.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**, nº. 21, 2009.

KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de P.; Hohendorff, Jean Von. **Manual de produção científica** – Dados eletrônicos – Porto Alegre: Penso, 2014.

LASTA, L. L.; HILLESHEIM, B. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. **Psicol. soc.** (Online), pp. 140-149, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/15.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

OLIVEIRA, M. N.; SOUSA, F. A. F. Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil: o desafio da inclusão social. **Rev. eletrônica de Enferm.**, 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/26843080_Políticas_publicas_para_pessoas_com_deficiencia_no_Brasil_o_desafio_da_inclusao_social. Acesso em: 23 jan. 2019.

PAGLIUCA, L. M. F. *et al.* Repercussão de políticas públicas inclusivas segundo análise das pessoas com deficiência. **Escola Anna Nery Revista de Enferm.**, Rio de Janeiro, v. 19, nº. 3, pp. 498-504, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ean/v19n3/1414-8145-ean-19-03-0498.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2019.

PENTEADO, S. P.; BENTO, R. F. Reabilitação auditiva por meio da Telemedicina para a melhoria das políticas públicas no Brasil. **Einstein**, São Paulo, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-45082011000100102&script=sci_arttext&lng=pt. Acesso em: 23 jan. 2019.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Brasileira de fisioterapia**, v. 11, nº. 1, pp. 83-89, 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=235016477013>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (Org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, Esquemas de Análise, Casos Práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº. 16, pp. 20-45, jul./dez. 2006.

TEIXEIRA, M. C. A. **Políticas públicas para pessoas com deficiência no Brasil**. 2010. 132 f. Dissertação - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2010.

TOMAZ, R. V. V.; ROSA, T. L.; MELO, D. G.; VAN, D. B. Políticas públicas de saúde para deficientes intelectuais no Brasil: uma revisão integrativa. **Ciênc. saúde coletiva**, pp. 155-172, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232016000100155&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 jan. 2019.

Submissão: Jan. 2019
Aprovado: Abr. 2019